



Voto de Condenação N.º 864/XIII

Pela repressão e perseguição aos cristãos e católicos na China

A China tem sido classificada como um dos países onde é mais difícil e perigoso praticar a cristandade. Desde 2014 que se tem vindo a observar a imposição de múltiplas restrições à liberdade religiosa no país, situação que se agravou a partir de 2017.

Em algumas províncias, as autoridades locais têm procedido à remoção ou destruição das cruzes e outros símbolos religiosos existentes nas igrejas, confisco de bíblias que não tenham sido aprovadas e publicadas pelo governo chinês, proibição da venda de textos religiosos, bloqueio da entrada em igrejas, interrupção de congregações, demolição de igrejas, interrogatórios, assédios e assinaturas forçadas de documento em que os crentes renunciam à fé. As igrejas foram forçadas a hastear a bandeira chinesa, destruir faixas e imagens com mensagens religiosas, a entoar o hino nacional e canções do partido único do regime, tendo várias igrejas sido transformadas em centros comunitários ou em sedes de entidades governamentais. Os menores de 18 anos foram proibidos de frequentar a igreja e os crentes locais foram ameaçados com despedimentos. Vários líderes religiosos e crentes foram condenados por incitação à subversão, um dos mais severos crimes contra o Estado, geralmente utilizado para silenciar opositores.

Em 2018, 140 milhões de cristãos sofreram fortes perseguições no continente asiático, um claro atentado perpetrado pelo regime chinês contra todas as liberdades civis e religiosas. Ainda em Março deste ano, Sam Brownback, embaixador dos EUA para Liberdade Religiosa, pediu ao governo chinês que ponha fim à perseguição religiosa, declarando que as autoridades chinesas estão “em guerra com a religião”.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta profunda preocupação relativamente à repressão sofrida por cristãos e católicos na China e condena as graves violações da sua liberdade de religião e crença, traduzidas em actos persecutórios, destruição de igrejas, bíblias e outros símbolos religiosos, interrogatórios, detenções e desaparecimentos.

Assembleia da República, 17 de Julho de 2019.

O Deputado, André Silva